

**ANEXO \_\_\_\_ – MINUTA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO**

**PREGÃO Nº \_\_\_\_/\_\_\_\_ – TIPO ELETRÔNICO – PROCESSO Nº 04101.010384/2025-07 – Lei nº 14.133/2021**

**CONTRATO Nº XX/2026 PARA INTERLIGAÇÃO  
ENTRE DATACENTERS DO PODER JUDICIÁRIO  
DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
(PJRN) E A  
EMPRESA\_\_\_\_\_.**

**O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE – TJ/RN**, inscrito no CNPJ sob o nº 08.546.459/0001-05, com sede na Av. Jerônimo Câmara, 2000, Nossa Sra. de Nazaré, Natal/RN, CEP 59060-300, neste ato, representado pelo Presidente, Desembargador IBANEZ MONTEIRO DA SILVA, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e, de outro lado, a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_, neste ato, representada pelo Senhor (a) \_\_\_\_\_, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, e em observância às disposições da Lei nº 14.133/2021 e demais legislações aplicáveis, bem como as formalidades constantes do Processo SIGAJUS Nº 04101.010384/2025-07, referente ao Pregão Eletrônico nº XX/2026-TJRN e seus ANEXOS, resolvem celebrar o presente Contrato, mediante as seguintes condições:

**CLÁUSULA 1ª – DO OBJETO**

1.1. O presente Contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada para o fornecimento de links de banda larga corporativa compartilhada com QoS (Quality of Service), com vistas à disponibilização de rede corporativa para as diversas localidades do Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Norte (PJRN), incluindo garantia do serviço e suporte, de acordo com as especificações e definições constantes no Termo de Referência do Pregão Eletrônico nº XX/2026-TJRN e seus ANEXOS.

**CLÁUSULA 2ª – EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL (ART. 92, IV, VII e XVIII da Lei nº 14.133/2021)**

2.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, parte integrante deste Contrato.

**CLÁUSULA 3ª – DO VALOR CONTRATUAL**

3.1. O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, pela execução dos serviços acima descritos, um valor mensal de R\$ xxxxxxxxxxxx (xxxxxxxxxxxxxxxx), totalizando um valor global de R\$ xxxxxxxxxxxx xxxxxxxxxxxx, para 30 (trinta) meses, em conformidade com as cláusulas e condições estabelecidas neste Instrumento Contratual e, bem assim, no edital do Pregão Eletrônico nº xx/202x e seus anexos

GRUPO		DESCRIÇÃO	VELOCIDADE	QTD	Preço	Preço
-------	--	-----------	------------	-----	-------	-------

## Coordenadoria de Licitação, Contratos e Convênios

	ITEM		Mbps		Unit. (R\$)	Total (R\$)
ÚNICO	1					
	2					
	3					
	4					
	5					
	6					
	7					
	8					
	9					
	10					
	11					
	12					
	13					
	14					
	15					
	16					
Valor Global						

**Parágrafo único** – Já estão inclusos no preço todos os encargos indispensáveis ao perfeito cumprimento das obrigações decorrentes deste Contrato.

---

**CLÁUSULA 4ª – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII da Lei nº 14.133/2021)**


---

4.1. As despesas decorrentes deste Contrato correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Estado do Rio Grande do Norte, Unidade Orçamentária:

4.2. Para fins de emissão do empenho, a empresa CONTRATADA deverá manter as mesmas condições da habilitação, cuja confirmação será feita através da consulta ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF ou através da Internet nos respectivos sites dos órgãos emissores das certidões de regularidade fiscal.

---

**CLÁUSULA 5ª - DO PRAZO, CONDIÇÕES DE ENTREGA E PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**


---

5.1. Assinado o presente instrumento, a CONTRATADA dará início a execução do contrato mediante emissão de Ordem de Serviço pela SETIC, conforme cronograma de ativação previamente acordado. A contratada deverá realizar a implantação técnica dos links, com testes de conectividade, velocidade, latência e estabilidade, e apresentar relatório técnico para validação, observados os prazos e condições fixados no Termo de Referência do Pregão Eletrônico nº XX/2026 - TJRN, parte integrante deste, atentando-se para as condições de qualidade ali preceituados, nos moldes adiante descritos.

5.2. A ativação de cada link será considerada concluída somente após a homologação técnica pela equipe de fiscalização;

5.3. Todas as solicitações serão efetuadas pela CONTRATANTE através dos Canais de Comunicação formais da CONTRATADA, onde deverão constar todos os requisitos da solicitação a ser realizada;

5.4. Local de entrega dos bens (Inciso II, do § 1º, do artigo 40, da Lei nº 14.133, de 2021)

5.4.1. Os serviços deverão ser prestados nas unidades do Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Norte (PJRN), conforme lista de localidades a ser disponibilizada em anexo específico);

5.5. Termo de recebimento provisório (Inciso II, do § 1º, do artigo 40, da Lei nº 14.133, de 2021): Não haverá recebimento provisório.

## Coordenadoria de Licitação, Contratos e Convênios

5.6. Termo de recebimento definitivo (Inciso II, do § 1º, do artigo 40, da Lei nº 14.133, de 2021): O recebimento será considerado definitivo após a realização de testes técnicos e validação dos seguintes critérios:

- a) Estabilidade da conexão;
- b) Velocidade contratada;
- c) Disponibilidade mínima exigida (NMS);
- d) Conformidade com os requisitos técnicos.

5.7. A validação será formalizada por meio de Termo de Recebimento Definitivo, assinado pela equipe de fiscalização.

5.8. Documentação para pagamento: Após envio do Termo de Recebimento Definitivo, a contratada encaminhará a documentação necessária para que o Contratante dê início ao processo de pagamento.

5.9. A transição e encerramento contratual se dará de acordo com o item 5.2 do Termo de Referência do PE xx/2026-TJRN.

5.10. O atesto do serviço não exclui a responsabilidade da CONTRATADA quanto aos vícios ocultos, ou seja, só manifestados quando da sua normal utilização pelo CONTRATANTE, nos termos da Lei Federal nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

### 5.11 – Procedimentos para recebimento do serviço

ITEM	TAREFA	DESCRIÇÃO	DEPENDÊNCIA	QUEM EXECUTA	QUEM RECEBE	PRAZO PARA CONCLUSÃO
1	Solicitar a solução	Emissão de documento oficial, requisitando a solução.	-	Contratante	Contratada	Em até 10 dias corridos, contados do dia útil seguinte à assinatura.
2	Entregar a solução	Entrega da solução nas localidades indicadas.	1	Contratada	Contratante	Em até 60 dias corridos, contados do dia útil seguinte à solicitação.
3	Executar conferência e teste na solução entregue	Fazer a conferência de todos os requisitos e executar testes de funcionamento.	2	Contratante	Contratante	Em até 30 dias corridos, contados do dia útil seguinte ao item anterior.
4	Elaborar TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO	Elaboração de documento de recebimento definitivo com a confirmação de que a solução foi recebida e testada.	2 e 3	Contratante	Contratada	Em até 2 dias úteis, contados do dia útil seguinte à conferência e testes.
5	Encaminhar TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO	Enviar o TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO através de e-mail para a contratada.	4	Contratante	Contratada	Em até 1 dia útil, contado do dia útil seguinte à elaboração do termo.

### CLÁUSULA 6ª – DA VIGÊNCIA (arts. 92, XIX e 105 da Lei nº 14.133/2021)

6.1. O prazo de vigência deste Contrato, é de 30 (trinta) meses, a contar da data de sua assinatura, podendo, ser prorrogável para até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133 de 2021.

6.2. A prorrogação de que trata o item 6.1 é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com a CONTRATADA, bem como, a comprovação, no início de cada exercício, a existência de créditos orçamentários.

### CLÁUSULA 7ª – DA GARANTIA DO CONTRATO

7.1 A contratada apresentará, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública ou, ainda, pela fiança bancária, em valor correspondente a 2% do valor anual do contrato.

Coordenadoria de Licitação, Contratos e Convênios

7.2. Caso a contratada opte pela oferta de seguro-garantia, deverá fazê-lo previamente à assinatura do contrato, conforme prazo fixado no edital, contado da data de homologação da licitação (art. 96, §3º, da Lei Federal n. 14.133/2021).

7.3. Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter validade durante a vigência do contrato e por mais 90 (noventa) dias após término deste prazo de vigência, permanecendo em vigor mesmo que o contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

7.4 A apólice do seguro garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

7.5 Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto.

7.6 Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

7.7 A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

- a) prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- b) multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e,
- c) obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo contratado, quando couber.

7.8 A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item 7.7, observada a legislação que rege a matéria.

7.9 A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em conta específica indicada pelo Contratante.

7.10 Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.

7.11 No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

7.12 No caso de alteração do valor do contrato ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

7.13 Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data em que for notificada.

7.14 O emitente da garantia ofertada pelo contratado deverá ser notificado pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021).

7.14.1 A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,2% (dois décimos por cento) do valor do Contrato por dia de atraso, até o máximo de 5% (cinco por cento);

7.14.2 O descumprimento do prazo do item 7.1 autoriza a Administração a promover a retenção dos pagamentos devidos à CONTRATADA, até o limite de 5% (cinco por cento) do valor anual do Contrato, a título de garantia, a serem depositados em favor do CONTRATANTE, bem como tal fato enseja a incidência de outras sanções administrativas;

7.15. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

Coordenadoria de Licitação, Contratos e Convênios

7.16 Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do contratante, mediante termo circunstanciado, de que o contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

7.16.1 A devolução da garantia pelo CONTRATANTE ocorrerá no prazo de até 20 (vinte) dias úteis, contados da data de autuação do pedido pelo Setor de Protocolo do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte, localizado no pavimento térreo do seu edifício-sede, notadamente no endereço descrito no preâmbulo deste Contrato;

7.17. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

7.18. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

7.19 O contratado autoriza o contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Contrato.

7.20. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista especificamente no Termo de Referência.

7.21. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA na pendência da entrega dessa garantia contratual, sem que isso gere direito a alteração de preços ou compensação financeira;

---

**CLÁUSULA 8ª – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO (art. 141 da Lei nº 14.133/2021)**

---

8.1. Para efetuar o pagamento da despesa deverá ser observada a Resolução nº 15 TJ, de 09 de maio de 2018, publicada no Diário da Justiça Eletrônico do dia 09 de maio de 2018.

8.2. A contratada emitirá NOTA FISCAL/FATURA, com aplicação de eventuais descontos decorrentes do descumprimento dos NÍVEIS MÍNIMOS DE SERVIÇO, na forma detalhada na Cláusula 21ª - Níveis Mínimos de Serviço Exigidos, deste contrato.

8.3. Os serviços serão atestados pelo responsável designado para exercer a fiscalização do contrato, no prazo de 15 dias corridos, a contar do recebimento da nota fiscal/fatura. O fiscal tendo verificado a necessidade de a despesa ser paga em processo diverso daquele que deu origem à contratação, dentro do prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, providenciará a autuação de novo processo, juntando ao mesmo a documentação descrita no item 8.2.

8.4. No prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, após adoção das providências referidas no subitem 8.3., o Fiscal deverá encaminhar o procedimento à Secretaria de Orçamento e Finanças, para fins de registro, no prazo de até dois (02) dias, da despesa em liquidação no Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil utilizado pelo CONTRATANTE.

8.5. Após o registro da despesa em liquidação de que trata o subitem anterior, a SOF devolverá os autos ao Fiscal para proceder com o atesto da Nota Fiscal/Fatura, depois de efetuar conferência da documentação legalmente exigível. Para efeito do adimplemento da obrigação, o fiscal no prazo máximo de até 15 (quinze) dias, contados do protocolamento de que trata o subitem 8.2, efetuará a liquidação da despesa por meio do Atesto.

8.6. A Nota Fiscal/Fatura deverá estar acompanhada dos seguintes documentos:

- a) cópia, com o confere com original, do Termo de Recebimento Definitivo do objeto do presente Contrato ou outro documento exigido pela fiscalização (relatório);
- b) prova de regularidade para com a Fazenda Federal: Certidão Conjunta Quanto a Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, incluídas Contribuições Sociais;
- c) prova de regularidade para com a Fazenda Estadual: Certidão Conjunta Quanto aos Tributos Estaduais e à Dívida Ativa do Estado;

Coordenadoria de Licitação, Contratos e Convênios

- d) prova de regularidade para com a Fazenda Municipal: Certidão de Débitos para com a Fazenda Municipal ou outra equivalente na forma da Lei, do domicílio ou sede da CONTRATADA;
- e) prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS: Certificado de Regularidade do FGTS, emitida pela Caixa Econômica Federal;
- f) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos (CNDT – Lei 12.440/2011), nos termos do Título VII-A da CLT.

8.6.1. A regularidade fiscal da CONTRATADA poderá ser consultada “ON LINE” através do SICAF.

8.7. Os documentos previstos nas alíneas “b” a “f” do subitem 8.6 devem estar com o mesmo CNPJ, razão social e endereço da CONTRATADA, observadas as demais disposições contidas neste Contrato.

8.8. Tão logo seja aposto a data do atesto no Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil utilizado pelo CONTRATANTE, a SOF, obedecida a ordem cronológica de pagamento, efetuará a liquidação e o pagamento, o qual deve ocorrer em até 30 (trinta) dias corridos.

8.9. Qualquer atesto só se efetivará depois de confirmada a situação de regularidade fiscal para com os órgãos referidos nas alíneas de “b” a “f” do subitem 8.6.

8.10. Sendo constatada qualquer irregularidade na documentação apresentada, a solicitação de cobrança será tornada sem efeito, com a consequente exclusão do beneficiário da lista classificatória de credores, a qual se processará mediante registro do inadimplemento junto ao Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil utilizado pelo CONTRATANTE, momento que serão interrompidos os prazos oponíveis ao CONTRATANTE.

8.11. Constatada a irregularidade, a CONTRATADA será notificada para sanar as ocorrências impeditivas da liquidação da despesa. Logo após saneamento, a CONTRATADA será reposicionada na lista, momento em que será reiniciada a contagem dos prazos.

8.12. A CONTRATADA, por ocasião da emissão de qualquer Nota Fiscal/Fatura, deverá, previamente, solicitar informações junto à Secretaria de Orçamento e Finanças, para saber quais os dados que deverão constar do referido documento fiscal.

8.13. A Secretaria de Orçamento e Finanças do CONTRATANTE, quando a lei assim o determinar, efetuará todos os descontos legais, bem assim aqueles decorrentes de multas eventualmente aplicadas à CONTRATADA, por infração a cláusulas e condições deste Contrato e seus anexos, bem como do Termo de Referência que o integra como se transcrito estivesse, ou por deficiências e/ou falhas no fornecimento da CONTRATADA.

8.14. No caso da não efetivação do pagamento no prazo estabelecido no subitem 8.8, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para o atraso, serão devidos pelo CONTRATANTE encargos moratórios, que serão calculados pela aplicação da seguinte fórmula:

**EM = i x N x VNF**, Onde:

**EM:** são os encargos moratórios devidos;

**N:** é número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

**VNF:** é valor da Nota Fiscal/Fatura;

**I:** é o índice diário de compensação financeira, calculado com base na média aritmética simples do INPC (IBGE) e do IGPDI (FGV), dos últimos doze (12) meses, dividida por 365, cuja fórmula é:  $i = [ ( \text{INPC} + \text{IGPDI} ) / 2 ] / 365$ .

- a) O valor dos encargos moratórios será simetricamente arredondado para duas casas decimais;
- b) Na hipótese de extinção de um desses índices (INPC e IGPDI), será utilizado o índice que vier a



Coordenadoria de Licitação, Contratos e Convênios

substituí-lo.

8.15. A nota fiscal/fatura que apresentar incorreção será devolvida à CONTRATADA e seu vencimento ocorrerá até 30 (trinta) dias após a data de sua reapresentação.

8.16. Os prazos para pagamentos definidos nesta cláusula ficarão suspensos enquanto não for sancionada a Lei Orçamentária Anual – LOA de cada exercício financeiro, não ensejando assim, qualquer encargo moratório por atraso nos pagamentos do início do referido exercício, em razão do CONTRATANTE não ter dado causa.

8.17. A CONTRATADA se obriga a devolver valores eventualmente recebidos em excesso, por ocasião de pagamentos realizados pelo CONTRATANTE, nos termos do artigo 876 da Lei nº 10.406/2002, ou alternativamente, suportar descontos em faturas vincendas.

---

**CLÁUSULA 9ª - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

---

**9.1. Sem prejuízo das disposições previstas em Lei, são obrigações da CONTRATADA, além de cumprir rigorosamente os termos de sua proposta:**

9.1.1. Manter os seus empregados, por ocasião da execução do contrato, sujeitos às normas disciplinares do CONTRATANTE, porém, sem qualquer vínculo empregatício com o referido Órgão;

9.1.2. Respeitar as normas e procedimentos de controle e acesso às dependências do CONTRATANTE;

9.1.3. Manter os seus empregados identificados por crachá, quando da execução do contrato, devendo substituir imediatamente qualquer um deles que seja considerado inconveniente à boa ordem e às normas disciplinares do CONTRATANTE;

9.1.4. Responder pelos danos causados direta ou indiretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, durante a execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou ao acompanhamento pelo CONTRATANTE;

9.1.5. Responder por quaisquer danos causados diretamente aos bens de propriedade do CONTRATANTE, quando esses tenham sido ocasionados por seus empregados durante a execução do contrato;

9.1.6. Arcar com despesa decorrente de qualquer infração, seja qual for, desde que praticada por seus funcionários no recinto do CONTRATANTE;

9.1.7. Comunicar imediatamente ao CONTRATANTE qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária, e-mail ou telefone, indicados na respectiva proposta;

9.1.8. Prover todos os meios necessários à garantia da plena execução do contrato, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

9.1.9. Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o CONTRATANTE;

9.1.10. Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no decorrer da execução do contrato ou em conexão com ela, ainda que acontecido em dependência do CONTRATANTE;

9.1.11. Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal, relacionadas à execução do contrato, originariamente ou vinculados por prevenção, conexão ou continência;

9.1.12. Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato;

9.1.13. Indicar formalmente e por escrito, no prazo máximo de 10 dias úteis, após a assinatura do contrato junto ao contratante, um preposto idôneo com poderes de decisão para representar a contratada, principalmente no tocante à eficiência e agilidade da execução do objeto deste Termo de Referência, e que deverá responder pela fiel execução do contrato;

9.1.14. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo CONTRATANTE, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência ao CONTRATANTE, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do contrato.

Coordenadoria de Licitação, Contratos e Convênios

- 9.1.15. Quando especificada, manter, durante a execução do contrato, equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para fornecimento da solução de TIC;
- 9.1.16. Quando especificado, manter a produtividade ou a capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC durante a execução do contrato;
- 9.1.17. Ceder os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos produzidos em decorrência da relação contratual, incluindo a documentação, o código-fonte de aplicações, os modelos de dados e as bases de dados à Administração;
- 9.1.18. Executar o objeto em estreita observância dos ditames estabelecido pela Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD);
- 9.1.19. Atender prontamente qualquer reclamação, exigência, ou observação realizadas pelo CONTRATANTE;
- 9.1.20. Não transferir a terceiros o contrato a ser firmado, por qualquer forma e nem mesmo parcialmente, como também, não subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, conforme item 4.11 do termo de Referência;
- 9.1.21. Não fazer uso das informações prestadas pela CONTRATANTE para fins diversos do estrito e absoluto cumprimento do contrato em questão, nem veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca da prestação dos serviços do contrato, sem prévia autorização do CONTRATANTE;
- 9.1.22. Não veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca da prestação dos serviços do contrato, sem prévia autorização do contratante;
- 9.1.23. Responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e tributários, resultantes da execução do Contrato, nos termos do Art. 121 da lei nº 14.133, de 2021;
- 9.1.24. Zelar pela fiel execução do ajuste contratual, utilizando-se de todos os recursos materiais e humanos necessários;
- 9.1.25. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a CONTRATADA deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede da CONTRATADA; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 9.1.26. Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz", conforme determina o art. 92, XVII, da Lei Federal n. 14.133/2021;
- 9.1.27. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 9.1.28. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei no 14.133, de 2021;
- 9.1.29. Manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse do CONTRATANTE ou de terceiros, que tomar conhecimento em razão da execução do contrato, devendo orientar os profissionais nesse sentido;
- 9.1.30. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei no 14.133, de 2021;
- 9.1.31. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116 Lei no 14.133, de 2021);



## Coordenadoria de Licitação, Contratos e Convênios

observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

9.1.32. A inadimplência da CONTRATADA, para com quaisquer de suas obrigações, não transfere a responsabilidade por seu pagamento ao CONTRATANTE, nem poderá onerar o custo da contratação, razão pela qual a CONTRATADA renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o CONTRATANTE.

9.1.33. Manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação e qualificação exigidas para a contratação.

### **9.2. Sem prejuízo das disposições previstas em Lei, são obrigações do CONTRATANTE:**

9.2.1. Acompanhar e fiscalizar a correta execução do contrato;

9.2.2. Aplicar à CONTRATADA as sanções regulamentares e contratuais, quando for o caso, comunicando de imediato as ocorrências de quaisquer fatos que exijam imediatas corretivas por parte da CONTRATADA;

9.2.3. Prestar quaisquer esclarecimentos que venham a ser formalmente solicitados pela CONTRATADA, pertinente ao objeto contratado;

9.2.4. Comunicar à CONTRATADA, de imediato, qualquer irregularidade constatada na execução do contrato, exigindo adoção das providências necessárias;

9.2.5. Encaminhar formalmente a demanda por meio de Ordem de Serviço ou de Fornecimento de Bens, de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de Referência ou Projeto Básico;

9.2.6. Definir produtividade ou capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC por parte da CONTRATADA, com base em pesquisas de mercado, quando aplicável;

9.2.7. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como, efetuar o pagamento à CONTRATADA de acordo com as condições estabelecidas no Contrato;

9.2.8. Suspender de imediato a execução contratual que não estiverem em conformidade com as especificações e características constantes da respectiva proposta de preços da CONTRATADA.

9.2.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

9.2.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pela CONTRATADA no prazo máximo de 03 meses (art. 92, inciso XI, da Lei nº 14.133, de 2021). O prazo ora indicado na alínea “e” ficará suspenso enquanto a contratada não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo contratante ou, ainda, nos demais casos em que a mora não for ocasionada pela Administração.

9.2.11. Prever que os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos, cuja criação ou alteração seja objeto da relação contratual pertençam à Administração, incluindo a documentação, o código-fonte de aplicações, os modelos de dados e as bases de dados, justificando os casos em que isso não ocorrer;

9.2.12. Nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Demandante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos;

9.2.13. Receber o objeto fornecido pela contratada que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;

9.2.14. Liquidar o empenho e efetuar o pagamento à contratada, dentro dos prazos preestabelecidos em contrato;

9.2.15. O CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do Termo de Referência, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

---

**CLÁUSULA 10ª – DO REAJUSTE DO CONTRATO (art. 92, §3º da Lei nº 14.133/21)**

---

10.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimativo, nos termos do art. 92, § 3º da Lei Federal nº 14.133/2021.

10.2. Após o interregno de um ano, os preços iniciais poderão ser reajustados mediante a aplicação, pelo CONTRATANTE, do Índice de Custo da Tecnologia da Informação ICTI mantido pela Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, aplicando-se sua variação a partir da referida data, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

10.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir do último reajuste.

10.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, O CONTRATANTE pagará A CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

10.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

10.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

10.7. Os efeitos financeiros retroagem a data de aquisição do direito, nos termos do item 10.1. desta Cláusula.

10.9 O reajuste será realizado por apostilamento.

10.10. Ocorrerá a preclusão do direito ao reajuste se o pedido for formulado depois de extinto o Contrato.

---

**CLÁUSULA 11ª – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS E DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES**

---

11.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato.

11.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

---

**CLÁUSULA 12ª – DAS PENALIDADES ADMINISTRATIVAS**

---

12.1. Com base na Lei Federal n. 14.133/2021, comete infração administrativa, além das penalidades inseridas no termo de referência – item 6.6, a contratada que:

- a) der causa à inexecução parcial do Contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do Contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do Contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do Contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do Contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas a CONTRATADA se incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

Coordenadoria de Licitação, Contratos e Convênios

- a) **Advertência**, quando a CONTRATADA der causa à inexecução parcial do Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- b) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- c) **Declaração de inidoneidade** para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- d) **Multa:**
- i) Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias;
  - ii) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 12.1, de 5% a 10% do valor do Contrato.
  - iii) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 12.1, de 5% a 10% do valor do Contrato.
  - iv) Para infração descrita na alínea “b” do subitem 12.1, a multa será de 2% a 15% do valor do Contrato.
  - v) Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 12.1, a multa será de 5% a 10% do valor do Contrato.
  - vi) Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 12.1, a multa será de 5% a 10% do valor do Contrato.
- 12.3.1 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 12.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, os valores resultantes da aplicação de multas serão cobrados pela via administrativa, devendo, ao final, serem quitados espontaneamente pela CONTRATADA no prazo máximo de 10 (dez) dias consecutivos, contados da data de recebimento da comunicação respectiva.
- 12.5. Expirado o prazo fixado no subitem 12.4 desta Cláusula e não tendo havido a quitação espontânea pela CONTRATADA, o CONTRATANTE fica autorizado a descontar da respectiva garantia contratual ou de pagamentos eventualmente devidos à CONTRATADA, a importância correspondente à multa ainda não quitada (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133/2021).
- 12.6. Em última hipótese, o saldo remanescente será cobrado judicialmente, assegurado à CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133/21).
- 12.7 À Coordenadoria de Licitações, Contratos e Convênios do TJRN, após determinação da Secretaria de Administração, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 12.8. Em casos especiais, quando o prazo para entrega for acordado como IMPRORROGÁVEL, registrado na respectiva solicitação, atrasos ou falhas na prestação do serviço implicará em glosa integral do valor da respectiva obrigação.
- 12.9. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE (art. 156, §9º, da Lei no 14.133/21).
- 12.10. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa a CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei no 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 12.11. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §10, da Lei no 14.133/21):
- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

Coordenadoria de Licitação, Contratos e Convênios

b) as peculiaridades do caso concreto;  
c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes; d) os danos que dela provierem para o CONTRATANTE; e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.12. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente, definidos na referida Lei (art. 159).

12.13. A personalidade jurídica da CONTRATADA poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a CONTRATADA, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.14. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

12.15. Não atendimento aos Níveis Mínimos de Serviço exigidos, serão aplicadas as glosas/sanções previstos na Cláusula 21ª deste instrumento.

---

#### **CLÁUSULA 13ª – DA FISCALIZAÇÃO**

---

13.1. A equipe de gestão da contratação, responsável por fiscalizar a execução contratual, deverá realizar todas as atividades das etapas de gestão do contrato.

Para fins de papéis e responsabilidades o Gui de Contratações de TIC do Poder judiciário, anexo da Resolução CNJ nº 468/2022 (disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/4663>), consideram-se as seguintes atribuições:

I. Gestor do Contrato: servidor com atribuições gerenciais, preferencialmente da Área Demandante da solução, designado para coordenar e comandar o processo de gestão e fiscalização da execução contratual, indicado por autoridade competente;

II. Fiscal Técnico do Contrato: servidor representante da Área de Tecnologia da Informação e Comunicação, indicado pela respectiva autoridade competente para fiscalizar o contrato quanto aos aspectos técnicos da solução;

III. Fiscal Administrativo do Contrato: servidor representante da Área Administrativa do órgão, indicado pela respectiva autoridade competente para fiscalizar o contrato quanto aos aspectos administrativos da execução, especialmente os referentes ao recebimento, pagamento, sanções, aderência às normas, diretrizes, obrigações. fiscais, previdenciárias e trabalhistas e demais obrigações contratuais.

IV. Fiscal Demandante do Contrato: servidor representante da Área Demandante da solução, indicado pela autoridade competente dessa área para fiscalizar o contrato do ponto de vista de negócio e funcional da solução de TIC.

13.2. Os integrantes da equipe de gestão de contrato devem ter ciência expressa das suas indicações e das suas respectivas atribuições antes de serem formalmente designados.

13.3. O papel de gestor do contrato não pode ser acumulado com nenhum outro papel da equipe de gestão da contratação.

13.4. O gestor do contrato, os fiscais demandantes, técnico e administrativo do contrato, poderão ser os mesmos servidores que realizaram o planejamento da contratação, desde que atendam os princípios da vantajosidade e economicidade para a administração pública.

13.5. Os papéis de fiscais não poderão ser acumulados pelo mesmo servidor, salvo quanto aos papéis de fiscal demandante e técnico, em casos excepcionais, mediante justificativa fundamentada nos autos e aprovado pelo superior imediato do dirigente da área de TIC.

Coordenadoria de Licitação, Contratos e Convênios

13.6. O fiscal administrativo deverá ser designado pela autoridade competente e não poderá ser servidor da área de TIC, salvo em situações excepcionais, devidamente justificada.

13.7. Durante a fase de gestão do contrato, a equipe de fiscalização do contrato, sob coordenação do gestor do contrato, deverá proceder à atualização contínua do Mapa de Gerenciamento de Riscos.

---

**CLÁUSULA 14ª - DA RESCISÃO CONTRATUAL**

14.1. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos nos artigos 106, III e 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

14.1.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

14.1.2. A alteração social ou a modificação da finalidade da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

14.1.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser realizado termo aditivo para formalizar a alteração.

14.2 O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

- a) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- b) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- c) Indenizações e multas.

14.3. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133/21).

14.4. Os casos de rescisão contratual devem ser formalmente motivadas nos autos de processo próprio, assegurado o contraditório e a ampla defesa, sendo que, depois de encerrada a instrução inicial, a CONTRATADA terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para se manifestar e produzir provas, sem prejuízo da possibilidade do CONTRATANTE adotar, motivadamente, providências acauteladoras.

14.5. No caso de rescisão provocada por inadimplemento da CONTRATADA, o CONTRATANTE poderá reter, cautelarmente, os créditos decorrentes do contrato até o valor dos prejuízos causados, já calculados ou estimados, nos termos do art. 139, IV da Lei nº 14.133/21.

Parágrafo único: A não manutenção das condições de habilitação pela CONTRATADA deverá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções.

---

**CLÁUSULA 15ª – DA FUNDAMENTAÇÃO E DA VINCULAÇÃO**

15.1. O presente instrumento fundamenta-se na Lei 14.133/2021 com suas posteriores alterações, e vinculam-se ao presente Contrato, fazendo parte deste, independentemente de transcrição, o Edital do Pregão Eletrônico nº xx/2026-TJRN, e seus anexos, como também, a Proposta de Preços da CONTRATADA.

---

**CLÁUSULA 16ª - DOS CASOS OMISSOS**

16.1. Fica estabelecido que, na ocorrência de algum fato não previsto neste Contrato e Anexo, a solução caberá às partes, respeitada o seu objeto, a legislação e demais normas reguladoras da matéria, em especial a Lei nº. 14.133/2021, aplicando-lhe, se for o caso, supletivamente, as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

---

**CLÁUSULA 17ª – DA ASSINATURA E DA PUBLICAÇÃO**

17.1. Em conformidade com a Portaria nº 1.526, de 21 de Dezembro de 2018, a assinatura deste contrato poderá, preferencialmente, ser assinado digitalmente, por meio de Certificado Digital, emitido no âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira, ICP-Brasil.

Coordenadoria de Licitação, Contratos e Convênios

17.2. O presente Contrato terá sua eficácia condicionada à divulgação integral do instrumento no Portal Nacional de Compras Públicas PNCP e publicação do seu extrato, realizada no Diário da Justiça Eletrônico – Dje.

---

**CLÁUSULA 18ª – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS**

---

18.1. Da aplicação das penalidades previstas nas alíneas “a, b e d” do item 12.2. deste Contrato caberá recurso no prazo de 15 dias úteis, contados da data da intimação, nos termos do art. 166 da Lei nº 14.133/2021.

18.2. Da aplicação da penalidade prevista na alínea “c” do item 12.2 deste Contrato caberá apenas pedido de reconsideração no prazo de 15 dias úteis, nos termos do art. 167 da Lei nº 14.133/2021.

18.3. Para os demais casos, o prazo de recurso será de três dias úteis, contados da intimação do ato, nos termos do art. 165, I da Lei nº 14.133/2021.

18.4. Os recursos terão efeitos suspensivos do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

---

**CLÁUSULA 19ª – DA PROTEÇÃO DE DADOS**

---

19.1. As PARTES se obrigam a atuar no Contrato em conformidade com a legislação vigente sobre Proteção de Dados Pessoais e as determinações de órgãos reguladores/fiscalizadores sobre a matéria, em especial a Lei nº 13.709/2018 e a Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais, a ser regulamentada pelo TJRN.

19.2. Os dados pessoais não poderão ser revelados a terceiros, com exceção da prévia autorização por escrito deste Órgão, quer direta ou indiretamente, seja mediante a distribuição de cópias, resumos, compilações, extratos, análises, estudos ou outros meios que contenham ou de outra forma que reflitam referidas Informações.

19.3. Caso um dos partícipes seja obrigado por determinação legal a fornecer dados pessoais a uma autoridade pública, deverá informar previamente ao outro envolvido no ajuste para que esta tome as medidas que julgar cabíveis.

19.4. As PARTES deverão notificar um ao outro, em até 24 (vinte e quatro) horas a respeito de qualquer não cumprimento (ainda que suspeito) das disposições legais relativas à proteção de Dados Pessoais por uma das partes, seus representantes ou terceiros autorizados, assim como qualquer outra violação de segurança no âmbito das atividades e responsabilidades da outra parte.

19.5. A PARTE que der causa será integralmente responsável pelo pagamento de perdas e danos de ordem moral e material, bem como pelo ressarcimento do pagamento de qualquer multa ou penalidade imposta ao outro contratante e/ou a terceiros quando diretamente resultantes de descumprimento de quaisquer das obrigações previstas nesta cláusula quanto à proteção e uso dos dados pessoais.

---

**CLÁUSULA 20ª – GARANTIA E MANUTENÇÃO (INCISO III, DO § 1º, DO ARTIGO 40º, DA LEI Nº 14.133, DE 2021)**

---

20.1. A Contratada obriga-se a fornecer o objeto contratado, para todos os itens da composição dos grupos, com garantia integral de toda a solução, sem ônus, pelo período de vigência do contrato, contados da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo pelo Contratante.

20.2. A contratada deverá assegurar a prestação contínua e ininterrupta dos serviços contratados, com garantia de qualidade, desempenho e suporte técnico, conforme os seguintes requisitos:

20.2.1. Garantia Técnica da Solução

- I. A solução contratada deverá apresentar Nível Mínimo de Serviço (NMS) de 99,5% de disponibilidade mensal, sendo este o parâmetro mínimo de desempenho aceito.
- II. O cumprimento do NMS será verificado por meio de monitoramento contínuo, relatórios técnicos mensais e registros de chamados abertos.



## Coordenadoria de Licitação, Contratos e Convênios

### 20.2.2. Suporte Técnico e Atendimento

- I. A contratada deverá disponibilizar suporte técnico 24x7, com atendimento remoto (via telefone, e-mail ou portal) e presencial, conforme a criticidade da ocorrência.
- II. O tempo de resposta e de resolução deverá seguir as faixas estabelecidas no contrato, com prioridade para falhas críticas que comprometam a operação do PJRN.

### 20.2.3. Penalidades por Descumprimento

- I. Em caso de descumprimento dos níveis mínimos de serviço, serão aplicadas glosas proporcionais ao valor do link afetado, conforme tabela de faixas de desconto definida no contrato.
- II. A reincidência de falhas poderá ensejar aplicação de sanções administrativas, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021.

### 20.2.4. Substituição e Correção

- I. A contratada deverá realizar manutenção corretiva sempre que identificadas falhas técnicas, com substituição de equipamentos ou rotas, sem ônus adicional para a Administração.
- II. Em caso de falhas não solucionadas dentro do prazo contratual, será exigida a substituição imediata do serviço ou equipamento.

20.3. A garantia deverá abranger o suporte e a manutenção integral dos links contratados, devendo ser providos pela contratada todos os equipamentos, materiais e recursos necessários à prestação adequada do serviço durante toda a vigência do contrato, em conformidade com o Nível Mínimo de Serviço estabelecido neste Contrato e seus anexos.

20.4. A cobertura inclui o reparo ou substituição de peças e componentes defeituosos, sem qualquer ônus para a instituição contratante, incluindo todos os custos de transporte, mão de obra e demais despesas associadas.

20.5. Não estarão cobertos pela garantia:

- I. o Danos causados por uso indevido, negligência, imperícia ou manuseio incorreto por parte da contratante, seus prepostos ou terceiros não autorizados;
- II. o Interrupções ou falhas decorrentes de intervenções não autorizadas nos equipamentos ou na infraestrutura por parte da contratante;
- III. o Equipamentos e componentes que não façam parte do escopo contratado ou que tenham sido fornecidos por terceiros;
- IV. o Danos ocasionados por fenômenos da natureza, tais como, descargas elétricas (raios), enchentes, alagamentos ou umidade excessiva, incêndios provocados por causas naturais, ventanias desmoronamentos e outros eventos classificados como casos fortuitos ou força maior.

### 20.6. Modalidades de Suporte Técnico

#### 20.6.1. Suporte Técnico Remoto

- I. Atendimento por telefone, e-mail ou portal web;
- II. Disponível 24 horas por dia, 7 dias por semana (24x7);
- III. Utilizado para resolução de problemas de configuração, desempenho ou conectividade que possam ser solucionados sem deslocamento técnico;
- IV. Deve permitir abertura e acompanhamento de chamados com número de protocolo.

#### 20.6.2. Suporte Técnico Presencial

- I. Acionamento quando o suporte remoto não for suficiente para resolver o problema;
- II. Atendimento realizado por técnicos especializados no local da unidade afetada;
- III. Deve respeitar os prazos de resposta e resolução definidos conforme a criticidade do incidente;
- IV. Pode incluir substituição de equipamentos, ajustes físicos ou testes de conectividade.

20.7. Substituição de partes da solução: As partes que apresentarem defeitos, no período de vigência do contrato, deverão ser substituídas por outras que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das utilizadas na instalação inicial.

20.8. Demais requisitos de garantia e manutenção

Coordenadoria de Licitação, Contratos e Convênios

- 1) O acionamento da garantia deverá ser realizado através de ligação telefônica, mensagem eletrônica (e-mail), ou ainda através de sistema web disponibilizado pela Contratada;
- 2) O primeiro atendimento, para diagnóstico, deverá ser realizado conforme Cláusula “21ª – Níveis Mínimos de Serviço”;
- 3) O recolhimento de produtos defeituosos ou inoperantes deverá ser realizado nas dependências onde foram originalmente instalados, no horário de funcionamento do TJRN, por pessoa devidamente autorizada pela CONTRATADA, no ato do primeiro atendimento para diagnóstico, após acionamento da garantia realizado pela CONTRATANTE;
- 4) Todas as despesas havidas no período de garantia, tais como conserto, substituição de peças, transporte, mão-de-obra e manutenção dos equipamentos correrão por conta da Contratada, não cabendo ao Contratante quaisquer ônus.

---

**CLÁUSULA 21ª - NÍVEIS MÍNIMOS DE SERVIÇO**

---

**21.1. Níveis Mínimos de Serviço Exigidos.**

a) Os serviços de manutenção corretiva serão prestados com respeito aos seguintes indicadores de pontualidade:

a.1) Disponibilidade mínima: 99,5% (mensal);

a.2) Penalidades: Aplicadas de forma proporcional ao tempo de indisponibilidade e à criticidade do serviço afetado, conforme tabela abaixo:

## Coordenadoria de Licitação, Contratos e Convênios

INDICADOR	NÍVEL MÍNIMO DE SERVIÇO - NMS	FAIXAS PARA APLICAÇÃO DE DESCONTO	PERCENTUAL DE DESCONTO A SER APLICADO NO VALOR DO LINK AFETADO
OPERACIONALIDADE DE LINK WAN PERMANENTE E TEMPORÁRIO	99,00%	Abaixo de 99,00% até 98,50%.	5,00%
		Abaixo de 98,50% até 98,00%.	15,00%
		Abaixo de 98,00% até 97,50%.	30,00%
		Abaixo de 97,50% até 97,00%.	50,00%
		Abaixo de 97,00% até 96,00%.	75,00%
		Abaixo de 96,00%.	100,00%
INDICADOR	NÍVEL MÍNIMO DE SERVIÇO - NMS	FAIXAS PARA APLICAÇÃO DE DESCONTO	PERCENTUAL DE DESCONTO A SER APLICADO NO VALOR DO LINK AFETADO
OPERACIONALIDADE DE LINK DE ACESSO À INTERNET	99,50%	Abaixo de 99,50% até 99,25%.	5,00%
		Abaixo de 99,25% até 99,00%.	15,00%
		Abaixo de 99,00% até 98,75%.	30,00%
		Abaixo de 98,75% até 98,50%.	50,00%
		Abaixo de 98,50% até 98,25%.	75,00%
		Abaixo de 98,25%.	100,00%
INDICADOR	NÍVEL MÍNIMO DE SERVIÇO - NMS	FAIXAS PARA APLICAÇÃO DE DESCONTO	PERCENTUAL DE DESCONTO A SER APLICADO NO VALOR DO LINK AFETADO
EXECUÇÃO DA ATIVAÇÃO	Ativação do LINK	LINK WAN PERMANENTE	100,00%
		LINK WAN TEMPORÁRIO	200,00%
		LINK DE INTERNET	100,00%
INDICADOR	NÍVEL MÍNIMO DE SERVIÇO - NMS	FAIXAS PARA APLICAÇÃO DE DESCONTO	PERCENTUAL DE DESCONTO A SER APLICADO NO VALOR DO LINK AFETADO
PRAZO PARA ATIVAÇÃO OU MUDANÇA DE ENDEREÇO PARA LINK WAN	15 dias corridos, contados do dia útil seguinte ao pedido	De 1 a 5 dias corridos de atraso	10,00%
		De 6 a 10 dias corridos de atraso	25,00%
		De 11 a 20 dias corridos de atraso	50,00%
		Acima de 20 dias corridos de atraso	100,00%
INDICADOR	NÍVEL MÍNIMO DE SERVIÇO - NMS	FAIXAS PARA APLICAÇÃO DE DESCONTO	PERCENTUAL DE DESCONTO A SER APLICADO NO VALOR DO LINK AFETADO
PRAZO PARA ATIVAÇÃO OU MUDANÇA DE ENDEREÇO PARA LINK DE INTERNET	30 dias corridos, contados do dia útil seguinte ao pedido	De 1 a 5 dias corridos de atraso	10,00%
		De 6 a 10 dias corridos de atraso	25,00%
		De 11 a 20 dias corridos de atraso	50,00%
		Acima de 20 dias corridos de atraso	100,00%
INDICADOR	NÍVEL MÍNIMO DE SERVIÇO - NMS	FAIXAS PARA APLICAÇÃO DE DESCONTO	PERCENTUAL DE DESCONTO A SER APLICADO NO VALOR DO LINK AFETADO
PRAZO PARA INÍCIO DE ATENDIMENTO POR INDISPONIBILIDADE	15 minutos a partir da ocorrência	Acima de 15 até 30 minutos	1,00%
		Acima de 30 até 60 minutos	2,00%
		Acima de 60 até 120 minutos	3,00%
		Acima de 120 minutos	5,00%

- b) O cumprimento dos níveis de serviço será monitorado através dos chamados abertos e o cumprimento dos prazos estabelecidos.

## CLÁUSULA 22ª - DO DESENVOLVIMENTO NACIONAL SUSTENTÁVEL

22.1. A CONTRATADA será responsabilizada por qualquer prejuízo que venha causar ao CONTRATANTE em virtude de ter suas atividades suspensas, paralisadas ou proibidas por falta de cumprimento de normas ambientais ligadas ao produto objeto do presente Contrato.

## CLÁUSULA 23ª - DO FORO

23.1. Para dirimir as questões decorrentes do presente Contrato, fica eleito o foro da Comarca de Natal/RN, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem as partes, justas, combinadas e contratadas, firmam o presente instrumento contratual em 02 (duas) vias, de igual teor e forma, para um só fim, na presença de testemunhas abaixo, para que surtam todos os efeitos legais.

Natal/RN, data da última assinatura digital.

\_\_\_\_\_

**Ibanez Monteiro**

Coordenadoria de Licitação, Contratos e Convênios

Desembargador Presidente do TJ/RN  
CONTRATANTE

-----  
**REPRESENTANTE LEGAL**

EMPRESA  
CONTRATADA

**TESTEMUNHAS:**

Nome: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_